

## O FENÔMENO DO DESGARRAMENTO EM GRAMÁTICAS ESCOLARES: UMA ANÁLISE CENTRADA NO USO

Júlia Vieira Correia<sup>1</sup>

Luiza Guimarães Lanes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho pretende discorrer sobre como a Teoria Funcionalista pode se imbricar ao Ensino Básico. O objetivo principal é demonstrar a relevância dessa perspectiva teórica para a escola e os objetivos específicos são: estabelecer reflexões sobre a gramática normativa e a gramática descritiva; revisitar a bibliografia voltada para as orações subordinadas; e analisar materiais didáticos. O *corpus* de análise, nesse sentido, compõe-se de uma gramática escolar, a saber: *Gramática: texto, reflexão e uso* (CEREJA; MAGALHÃES, 2012). Como fundamentação teórica, este estudo recorre sobretudo a materiais de Decat (1999) e Rodrigues (2018; 2021). Para isso, a metodologia aplicada é qualitativa, tendo em vista que são elencados somente alguns fenômenos e alguns exemplos. Como resultados, espera-se verificar que os materiais ainda apresentam lacunas quanto à língua em uso.

**Palavras-Chave:** Funcionalismo. Desgarramento. Material didático.

## THE PHENOMENON OF DETACHMENT IN SCHOOL GRAMMAR: A USE-CENTERED ANALYSIS

**ABSTRACT:** This work intends to discuss how the Functionalist Theory can imbricate Basic Education. The main objective is to demonstrate a theoretical perspective for the school and the specific objectives: to establish a normative grammar and a descriptive grammar; revisit the bibliography for subordinate requests; and analyze teaching materials. The corpus of analysis, in this sense, is composed of a school grammar, namely: *Grammar: text, reflection and use* (CEREJA; MAGALHÃES, 2012). As a theoretical foundation, this study mainly uses materials by Defat (199) and Rodrigues (2018; 2021). For this, the methodology applied is qualitative, considering that only some phenomena and some phenomena are listed examples. As a result, expect to see if the materials still have gaps in the language in use.

**Keywords:** Functionalism; Detachment; Courseware.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa (UFRJ). Professora contratada da rede privada de Niterói (RJ) e do Colégio de Aplicação da UFRJ. E-mail: [vieirajulia@id.uff.br](mailto:vieirajulia@id.uff.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6191-3909>

<sup>2</sup> Mestranda em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tutora de Redação no Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj/CEDERJ; professora de Redação na rede privada; e professora de Língua Portuguesa na rede municipal. E-mail: [lu.lanes19@gmail.com](mailto:lu.lanes19@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7008-9122>

## Introdução

Com o passar dos anos e a partir dos avanços científicos, as pesquisas passam por atualizações. No campo da Linguística, no que tange à gramática, não foi diferente. As análises, atualmente, não se pautam apenas em exemplos extremamente monitorados, retirados de textos literários ou artificiais; mas também em excertos do cotidiano, em situações reais de uso e interação – isto é, dialogando com os pressupostos da Linguística Funcionalista. No entanto, embora essa área de pesquisa já tenha se solidificado no meio acadêmico, ainda enfrenta limitações para a aplicação em salas de aula da Educação Básica, em que a análise linguística se apresenta de forma superficial, equivocada e descontextualizada.

Sob essa ótica, estimamos discorrer sobre de que forma essa gramática funcionalista centrada no uso pode se manifestar no Ensino Básico. Para isso, nosso estudo inicialmente se concentra em fenômenos específicos e relevantes para este trabalho, como as relações entre as orações, as cláusulas ou as unidades informacionais. A partir de uma revisão a, sobretudo, Decat (1999) e Rodrigues (2018; 2021), preparamos o terreno para a análise.

Na sequência, analisaremos o material que compõe o *corpus*: uma gramática escolar, escolhida por ser considerada material didático de apoio/de casa, pois é adotada de forma obrigatória por diversas instituições privadas de ensino no Rio de Janeiro. Devido ao caráter qualitativo e à extensão deste artigo, elegemos apenas um exemplo: *Gramática: texto, reflexão e uso* (CEREJA; MAGALHÃES, 2012). O *corpus* analisado demonstra certos avanços na forma de abordar as relações entre orações e as situações reais de uso, porém, as questões dos exercícios ainda não se mostram satisfatórias.

Portanto, nosso objetivo principal é demonstrar a relevância da Teoria Funcionalista para a Educação Básica, ao passo que os objetivos específicos são: estabelecer reflexões sobre a gramática normativa e a gramática descritiva; revisar a bibliografia voltada para as orações subordinadas; e analisar materiais didáticos. Por fim, a metodologia deste estudo, centrado no Funcionalismo, é qualitativa, haja vista que foram elencados apenas alguns fenômenos e alguns exemplos.

## O processo de desgarramento

De início, ressaltamos a questão das nomenclaturas associadas às orações subordinadas, que tendem a divergir da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em alguns pontos. Por exemplo, Rodrigues (2018, p. 541) diz que

[...] adotar o conceito de conector como palavra ou expressão que conecta, isto é, liga partes de orações, cláusulas, períodos inteiros e, até, fragmentos de texto maiores que uma sentença, estabelecendo uma relação semântica ou pragmática entre os elementos ligados, é mais adequado do que simplesmente se utilizar o conceito de conjunção para englobar os itens que promovem a articulação de cláusulas ou porções maiores de texto.

Ademais, nomenclaturas como “cláusula”, “cláusula núcleo” e “cláusula margem” estão circunscritas ao universo do desgarramento funcionalista e aparecem em substituição aos termos tradicionais “oração”, “oração principal”, “oração subordinada”. Junto disso, pontuamos que “orações/sentenças complexas” é uma expressão encontrada em materiais da área, ao passo que “oração matriz” está presente em Bechara (2009), e “conectivo” e “adjunto conjuntivo” em Azeredo (2014). O último termo se refere às locuções conjuntivas de correlação, cujo foco seria “dar realce” (AZEREDO, 2014, p. 302).

Este estudo se constrói tendo como norte a ideia de que “as orações subordinadas adverbiais são casos de hipotaxe e não de subordinação” (RODRIGUES, 2018, p. 535), e de que a hipotaxe engloba, além das adverbiais, as relativas apositivas — compondo essas duas categorias os casos mais comuns de desgarramento para o Funcionalismo, conforme Decat (1999). Antes de tudo, todavia, é preciso abordar os fenômenos nomeados por “adverbiais” e por “adjetivas” pela Nomenclatura Gramatical Brasileira e, partindo disso, chegar ao desgarramento.

Nesse contexto, ressaltamos Rodrigues (2018, p. 555), que considera

[...] as adverbiais, de um modo geral, um caso de hipotaxe e não de subordinação/encaixamento. (...) No que se refere aos conectores, considero que estes podem ser simples (formados por um único item lexical), compostos (formados por dois ou mais itens lexicais numa mesma sentença) e correlatos (formados por dois ou mais itens que aparecem em sentenças distintas) (RODRIGUES, 2018, p. 555).

Já as orações subordinadas adjetivas, perante a classificação normativa, iniciam-se por pronome relativo e têm dois formatos de aparição: intercaladas à oração dita principal/matriz ou posteriores. No que tange ao desgarramento, podem aparecer de duas formas: sua unidade informacional se inicia por pronome relativo (comumente “que”) ou se inicia por expressão nominal (não uma oração/cláusula, prototípico na tradição), vindo depois o pronome relativo.

Assim, instauramos a discussão acerca de um novo termo, chamado de “unidade informacional”, o qual se refere à ideia de que uma expressão curta, no máximo uma cláusula, possa deter conteúdo/informação de forma completa. Nesse âmbito, Decat (1999, p. 24) estabelece uma crítica: “dizer que uma cláusula subordinada não pode existir por si mesma – tendo uma função sintática na cláusula matriz – é negar a existência de um fenômeno frequente em muitas línguas”. Sabemos, porém, que esse negacionismo é frequente no meio acadêmico e escolar, bem como a análise superficial de casos, normalmente artificiais e monitorados. Trata-se de uma fragilidade da norma culta, chamada por isso de “curta”, como sugere Faraco (2008).

Rodrigues (2018, p. 551), em consonância com isso, diz que as cláusulas desgarradas “são unidades informacionais a parte, servindo para realçar, comentar, tanto constituintes ou porções de texto anteriormente utilizadas pelo falante/escrevente, não estabelecendo relação de constituição com eles”. A autora não só reconhece a questão da unidade informacional, mas também a põe como fator fundamental para o reconhecimento do desgarramento e das funções discursivas de um texto, seja ele oral, seja ele escrito. Isso converge com os pressupostos de Decat (1999, p. 34) de que o desgarramento “serve à ênfase, estabelecendo, portanto, a interação com o interlocutor” e isso será corroborado nas análises. Nesse sentido, antecipamos que,

[...] se uma cláusula, adverbial por exemplo, constituir uma unidade informacional por si mesma, ela será uma construção hipotática (uma opção de organização do discurso) e, portanto, independente. Se mesmo uma cláusula adverbial estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não será, provavelmente, uma unidade de informação à parte, estando, pois, encaixada, integrada estruturalmente em outra. Uma análise que leve em conta essa noção poderá explicar, assim, a diferença entre um sintagma adverbial clausal que esteja dentro do sintagma verbal e um sintagma adverbial clausal que esteja fora desse sintagma (DECAT, 1999, p. 27).

Embora o trecho seja de Decat (1999), constatamos sua precisão e sua assertividade mantidas até os dias atuais. Exemplo disso é um texto midiático, explicitado na parte analítica deste trabalho (Fig. 4), que é constituído por cláusulas aparentemente desgarradas, trazendo a ideia adverbial. Devido ao seu caráter de independência, compõem por si só uma unidade informacional e corroboram a classificação como desgarramento para a Teoria Funcionalista.

Por conseguinte, Rodrigues (2018) reitera a nuance “a parte” e explicita a não relação de constituência, mesmo que a cláusula/unidade informacional comente ou realce outra porção textual, normalmente anterior. Nas análises, serão vistos casos assim, de textos publicitários. Às vezes, contudo, esse “apoio” vem posteriormente ou fica implícito. Corroborar-se, sob esse prisma, a necessidade de se “abandonar o termo subordinação e de substituí-lo por parâmetros que melhor descrevam a relação entre as cláusulas no nível do discurso” (DECAT, 1999, p. 26).

Rodrigues (2021) ainda classifica as desgarradas de três formas: inerentemente pragmática, contextual e cotextual. No primeiro caso, não há materialidade linguística ou visual no entorno, devendo o leitor fazer inferências. No segundo, há um contexto, normalmente visual, que ilustra e complementa o sentido, funcionando como o “apoio” que a oração denominada principal costuma dar. E, no terceiro caso, há outro excerto verbal antes, mas a pontuação foi fragmentada, rotineiramente com vistas ao destaque. Por fim, mencionamos que a insubordinação não foi abordada, devido ao fato de que é um fenômeno mais restrito às completivas, de modo que sua descrição teórica não é relevante para este trabalho, pois a análise não contempla nenhum caso.

## **Análises**

Com finalidade qualitativa, os exemplos postos a seguir serão recortes da obra *Gramática: texto, reflexão e uso*. A escolha dessa gramática em detrimento de outras se deve ao fato de que esta é a mais adotada entre as instituições de ensino fluminenses na última década, bem como os livros didáticos desses autores também são os mais populares entre escolas públicas e privadas. Analisar como a abordagem tem sido feita neste material, logo, parece nos trazer um panorama abrangente. A primeira atividade a ser analisada é da seção “As

orações adjetivas na construção do texto” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 377-379) e trabalha com o seguinte texto:

Figura 1



Fonte: Cereja; Magalhães (2012, p. 378).

Verificamos que é um texto majoritariamente verbal, à exceção do símbolo da marca, e que se trata de uma publicidade veiculada em uma revista. Na primeira linha, têm-se as construções (e frases) nominais “Gente igual.” e “Gente diferente.”. São substantivos seguidos de adjetivos, construção que, perante a Gramática Tradicional, não pode figurar como frase, sequer nominal. Seguindo esse estilo, o texto apresenta, na segunda linha, uma oração subordinada adjetiva sem sua principal. A estrutura continua similar, no que tange à

ideia de nome + característica. A diferença é que, agora, observamos uma oração ocupando a função de caracterizar.

Sua classificação, para o Funcionalismo, seria desgarrada. Dentro desse novo conceito, há as subdivisões: inerentemente pragmática, contextual e contextual. A classificação específica se mostra delicada, uma vez que é necessário traçar inferências, como “A Natura valoriza essas pessoas”, aproximando-se do primeiro caso. Entretanto, há o emblema da marca, que é verbo-visual, podendo reiterar um elemento contextual de apoio. Abaixo, encontram-se algumas questões discursivas relacionadas ao texto explicitado na Fig. 1:

**Figura 2**

1. O texto se organiza a partir de um substantivo, seja para caracterizá-lo, seja para especificá-lo ou restringi-lo.
  - a) Qual é esse substantivo?
  - b) Portanto, a que classe gramatical pertencem palavras como **igual e diferente**?
  - c) Como se classificam orações como “que aceita a diferença” e “que olha no olho”?
2. O texto intencionalmente apresenta muitas repetições. Apesar disso, algumas palavras estão subentendidas. No trecho “Gente que se emociona e não sente vergonha. Que dá e aceita opinião”:
  - a) Que palavras estão subentendidas?
  - b) Que qualidade o texto ganha com a omissão desses termos?
3. Observe este trecho do texto: “Gente igual. Gente diferente. Gente que aceita a diferença. [...] Que vibra com o Brasil e torce pelo planeta”.
  - a) A **gente** caracterizada pelo texto é uma única pessoa ou são diferentes pessoas?
  - b) Levante hipóteses: Quem você acha que é a **gente** caracterizada pelo texto?
4. Observe o logotipo do anunciante na parte inferior do anúncio e releia o trecho final do texto:
 

Gente que se cuida e que cuida da gente.  
 Gente que gosta de gente.  
 Que gosta da beleza.  
 Que gosta da verdade.  
 Gente bonita de verdade.

  - a) Que relação existe entre a marca do produto e a figura que a representa?
  - b) Abaixo da marca do anunciante, em letras miúdas, se lê a expressão **bem estar bem**. Que sentidos essa expressão tem no contexto?
  - c) Que semelhança existe entre a expressão **bem estar bem** com o trecho final do texto?

**Fonte:** Cereja; Magalhães (2012, p. 378).

Mesmo que o texto seja interessante e as questões apontem para uma reflexão, esse trabalho parece incipiente. A primeira questão, contrariando metodologias recentes, busca apenas a classificação morfológica. O início da abordagem textual deveria exigir, na verdade, uma sensibilização, principalmente devido a fatores da neuroeducação, que sugerem a emoção

como elemento-chave para a aprendizagem do conteúdo, transformando-o em memória de longo prazo, não apenas de curto prazo (MORA, 2017).

Na questão dois, mais uma vez, há uma pergunta objetiva que exige uma resposta de uma única palavra, transcrita. Na sequência, uma questão discursiva, abordando a qualidade que o texto atinge ao usufruir dessa estrutura sintática. É de se observar o caráter positivo que o uso dessa construção tem para os autores, no entanto, isso fica implícito e não é desenvolvido. Poderia haver menção aos tipos de textos que costumam adotá-la, às situações de comunicação, à noção de erro, à adequação linguística etc.

As perguntas do item três, na sequência, parecem ser produtivas. Porém, a ausência de um “Por quê?” ou de um “Justifique” as torna superficiais. A reflexão é iniciada, mas não avança. Ademais, fica no âmbito inferencial, isto é, o aluno que se dedicar à questão e lê-la com afincado poderá perceber essas nuances. A mediação do professor, portanto, faz-se necessária, mas nem sempre ocorre, principalmente porque as gramáticas escolares costumam constar nas listagens apenas como material de apoio domiciliar (subsídio para os estudos das provas), não figurando como livros didáticos que transitam na sala de aula. Assim, a falta dessa mediação do professor também contribui para que não haja um aprofundamento oral e/ou um direcionamento da análise.

A questão quatro também é pertinente, mas peca na ausência de explicações. Os estudantes costumam ser inteligentes e rápidos, porém muitas vezes não sabem transpor para o papel como raciocinaram. Isso precisa ser desenvolvido e avaliado, para que dominem a(s) linguagem(ns). A menção à marca, à linguagem e ao efeito de sentido proposto é rica, entretanto, poderia ter reiterado os aspectos reflexivos mencionados no parágrafo anterior, de modo a solicitar justificativas para o fenômeno linguístico em pauta. Nesse sentido, traz-se erroneamente a ideia de que o texto da Fig. 1 é não usual por divergir de uma estrutura textual mais clássica, caracterizada por uma divisão em parágrafos. Inclusive essa ausência de paragrafação dialoga com o desgarramento, já que esse se fundamenta em uma lógica mais fluida, ou seja, um *continuum*, cujas bases vão de encontro à rigidez frasal da tradição.



### Figura 3

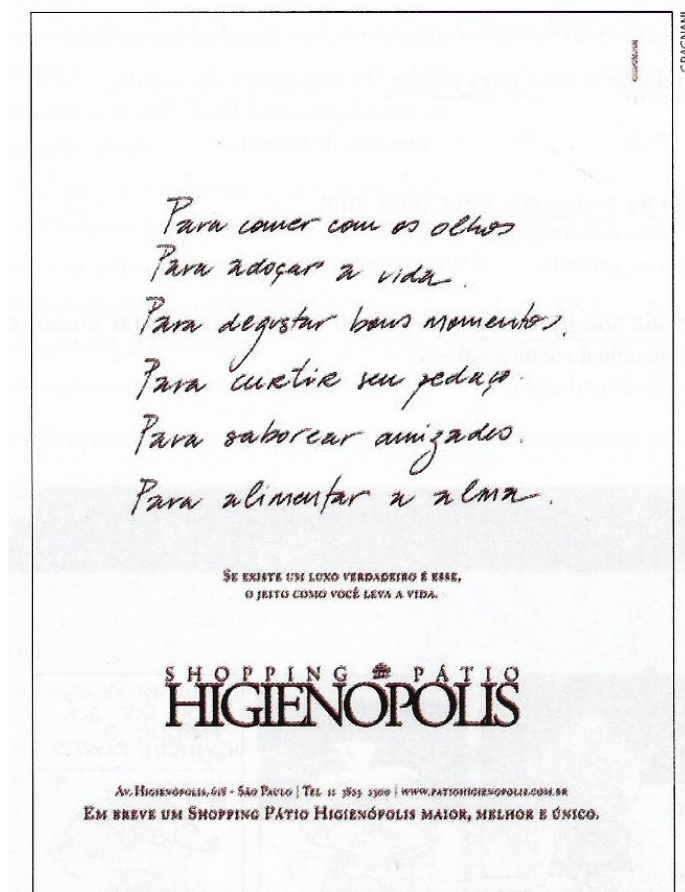
5. O texto lido aparece no início de uma revista que apresenta um catálogo de cosméticos. Considerando esse fato, assinale a afirmação que expressa a finalidade do anúncio.
- Transmitir a noção de que “gente bonita de verdade” não precisa de cosméticos para se embelezar.
  - Por meio de argumentos de que o povo brasileiro se cuida e gosta de gente bonita, estimular o leitor a consumir produtos dessa marca de cosméticos.
  - Convencer o leitor, com argumentos objetivos, de que a beleza é algo objetivo, uma mercadoria como outra qualquer que se compra.
6. A oração adjetiva restritiva foi empregada várias vezes no texto. Considerando o tema e a finalidade do texto, assinale, entre os itens a seguir, aquele que melhor explica o papel da oração adjetiva na construção do texto.
- Como as orações adjetivas restringem e particularizam, elas cumprem no texto o papel de diferenciar uma pessoa de outra e, assim, mostrar as diferenças regionais e culturais existentes em nosso país.
  - O texto tem a finalidade de exaltar o povo brasileiro; por isso, trata apenas de suas características positivas, e não de seus defeitos. Para dar conta dessas qualidades, são empregadas orações adjetivas.
  - Há interesse em caracterizar essa “gente”, que, na verdade, são os brasileiros. O texto mostra as diferenças entre as pessoas e termina fazendo referência àquilo que supostamente as iguala: o gosto pela beleza.

Fonte: Cereja; Magalhães (2012, p. 378).

Acima, há a continuação do exercício, com mais duas questões, agora de múltipla escolha. Esse tipo de questão é pertinente, pois os concursos costumam cobrá-la. No entanto, diversas reflexões possíveis são limitadas a três alternativas. Por se tratar de um texto da esfera midiática, uma publicidade, poderia haver um aprofundamento sobre como essa estrutura sintática e textual sensibiliza o destinatário, contribuindo para sua persuasão implícita.

O fato de ter uma linguagem próxima do cotidiano, em que os falantes utilizam estruturas desgarradas, evidencia estratégias de *marketing* racionais para atingir determinado público. Nesse caso, não se verifica a noção de “erro”, mas também não se legitima totalmente a construção, ao passo que apenas uma alternativa — a letra b da questão dois —, ao vincular a qualidade do texto ao desgarramento, abre caminho para uma discussão envolvendo tal fenômeno. Porém, mesmo que tenha sido levantada, essa discussão não é desenvolvida de forma satisfatória, propiciando que o aluno se limite a uma resposta muito objetiva e não especifique a produção de sentido gerada pelas omissões vocabulares do trecho em destaque no enunciado. A segunda atividade analisada, da seção “As orações adverbiais na construção do texto” (CEREJA; MAGALHÃES, 2012, p. 390-391), trabalha com o seguinte texto:

Figura 4



Fonte: Cereja; Magalhães (2012, p. 390).

Observamos, novamente, um texto verbo-visual cuja finalidade é a propaganda. Mais uma vez, percebemos que a publicidade não oferece um produto, mas sim conceitos, ideias, situações e sentimentos. A evolução da função apelativa ou conativa (Cf. JAKOBSON, 1991) deve ser reconhecida e destacada, assim como suas novas estratégias, uma vez que atualmente não se aposta mais em verbos no imperativo e vocativos. A sedução ocorre de maneira velada, explorando artifícios sutis.

As estruturas verbais, nesse âmbito, são peças-chave, pois são orações subordinadas sem principal, ferindo o que prevê a Gramática Tradicional, mas aproximando-se fortemente das proposições naturais dos falantes em situações reais, informais e expressivas de comunicação. Em somatória, a sensação de que as frases e o texto ficam “em aberto” imbrica

o leitor de suspense e satisfação, ao passo que se imagina em situações agradáveis como as descritas. Acerca da constituição linguística, ainda, mencionamos:

Destaque-se a alta produtividade da forma reduzida das cláusulas hipotáticas encontradas nos dados de Marchon (2017), especialmente no que tange às cláusulas de modo, em que o verbo no gerúndio é altamente produtivo, e às cláusulas de finalidade, que tendem a apresentar o verbo no infinitivo (RODRIGUES, 2018, p. 552).

Isto é, reitera-se por meio do exemplo a conclusão exposta por Rodrigues (2018), pois, de fato, vemos um caso de cláusulas hipotáticas de finalidade mais propícias aos verbos na forma nominal de infinitivo. Finalmente, também se conclui que é um desgarramento, porém sem precisão no que tange à subclassificação. Não se trata de um desgarramento cotextual, porque os outros trechos verbais são posteriores (e não anteriores) e não trazem uma ideia de completude. A logomarca pode funcionar, então, como um elemento verbo-visual contextual ou simplesmente para despertar inferência. Seguem, agora, as perguntas sobre o texto em pauta:

### Figura 5

1. Quem é o anunciante? A que público ele se dirige?
2. O texto principal do anúncio segue uma construção paralelística, que se repete ao longo de todo o enunciado, representada pela palavra **para**.
  - a) Qual é a classificação morfológica da palavra **para** nesse contexto?
  - b) Qual é o seu valor semântico, isto é, seu sentido?
  - c) Qual é a função dessa palavra na construção do sentido do anúncio?

**Fonte:** Cereja; Magalhães (2012, p. 390).

As primeiras perguntas, embora discursivas, não exigem justificativa, relação com o contexto ou nada além de breves respostas, como “conjunção” e “finalidade”. Conhecer ou procurar saber quem é o anunciante é fundamental, mas talvez pudesse haver uma reelaboração da questão número um para que o estudante utilizasse essa informação como caminho para chegar a algo mais profundo.

Figura 6

3. As construções do enunciado principal do anúncio equivalem a orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo, que se ligam a uma oração principal implícita.

- Levante hipóteses: Qual pode ser a oração principal?
- Classifique as orações subordinadas adverbiais.
- As ações enumeradas por essas orações subordinadas remetem a situações:
  - extremamente formais.
  - íntimas e afetivas.
  - típicas de relações profissionais.
  - engraçadas.

4. Releia o texto da parte inferior do anúncio:

“Se existe um luxo verdadeiro é esse, o jeito como você leva a vida”

- Nesse período, há uma oração subordinada adverbial. Identifique-a e classifique-a.
- Levando em conta que o *shopping* anunciado localiza-se em uma região nobre da cidade de São Paulo, levante hipóteses: Qual o sentido da oração subordinada apontada por você no item anterior?

5. A estrutura paralelística utilizada no anúncio é um recurso típico da linguagem literária, poética.

- Que efeito de sentido esse recurso, juntamente com imagens como “saborear amizades” e “alimentar a alma”, proporciona ao texto?
- Fazendo uso da estrutura paralelística utilizada no anúncio, produza um pequeno poema. Para isso, crie uma oração principal, ou deixe-a subentendida, seguida de várias orações subordinadas introduzidas pela conjunção final **para**. Depois de pronto, leia seu texto para os colegas.

Fonte: Cereja; Magalhães (2012, p. 390).

No enunciado três, há um esboço de movimento reflexivo. A sugestão para o levantamento de hipóteses parece positiva, porque na verdade não existe oração principal no texto. Na sequência, o comando para a classificação das orações parece quebrar a expectativa ao naturalizar a estrutura analisada. Sem a mediação de um professor que priorize mostrar como essas construções não são erradas e, pelo contrário, são usuais na língua, o exercício fica em um nível superficial, sem adentramento a questões relevantes. Finalmente, o último item da questão é para marcar a alternativa correta e sugere a justificativa para a escolha da construção textual, sem mais observações ou comentários.

A partir disso, as questões se direcionam mais a outros elementos da Fig. 4. Não há problema nisso, inclusive são questões interessantes. Contudo, apenas dois números destinados a isso em um texto tão rico são pouco. Sendo assim, este trabalho não esgota a possibilidade de pesquisa futura, de modo a propiciar que sugestões didáticas voltadas à reelaboração dos exercícios analisados sejam articuladas.

## Conclusão

A consistência teórica da formulação dos conceitos mais tradicionais e da abordagem escolar pode ser questionada. A respeito disso, com base em todo o percurso traçado neste artigo, notamos uma aproximação interessante e produtiva com o conceito de “norma curta”, cunhado por Faraco (2008). As gramáticas escolares parecem estar, ainda, fadadas a uma normatividade limitada e limitadora. A chamada “norma culta” é curta no que tange às análises de comportamentos linguísticos tanto monitorados quanto não monitorados. Nesse viés, faz-se necessário

[...] repensar a descrição/ensino dos conectores e sua(s) função(ões) no cotexto e contexto, porque não se pode mais admitir a análise de seu comportamento com base em memorização de listas de itens e conteúdos semânticos. É importante reforçar, mais uma vez, que não é o item isoladamente que estabelece tais relações, mas sim da articulação/combinção das cláusulas é que emergem os conteúdos semânticos, as possíveis inferências entre as cláusulas nos mais diferentes usos – sejam eles os falados/escritos; nas variedades brasileira/europeia do Português; em gêneros; em tipos textuais; em graus de formalidade. Sendo assim, é preciso ir além do nível sentencial; portanto, é imprescindível conjugar sintaxe, semântica e pragmática (RODRIGUES, 2018, p. 557).

A memorização de itens isolados ou descontextualizados manifestou-se de forma recorrente e improdutiva nos exemplos analisados. A conjugação dos diversos níveis, como sintaxe, semântica e pragmática não ocorreu, bem como propostas verdadeiramente contextualizadas de articulação e combinação de cláusulas. As lacunas da Gramática Tradicional não foram tão exploradas, embora tenham reverberado em alguns momentos no material escolar.

Os conceitos da Teoria Funcionalista, embora solidificados, não são explorados no embasamento das gramáticas escolares. Atualmente, o Funcionalismo, centrado no uso, avançou e se encontra em um momento muito propício à aplicação na Educação Básica. Nas análises, cujos exemplos trouxeram à tona casos de desgarramento consoante ao Funcionalismo, corroboramos as proposições teóricas embasadas por autores da área.

Já podemos perceber, vale mencionar, uma mudança. Isso deve ser dito e valorizado, contudo, o movimento não pode se estabilizar no estágio em que se encontra. Atualmente,

com os gêneros digitais, normalmente multimodais e próximos à fala, encontram-se muitos exemplos da língua em uso real, de modo a agradar ao público infantojuvenil e lhe proporcionar análises sólidas, consistentes e reais.

### Referências

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Gramática: texto, reflexão e uso*. 4 ed. São Paulo: Atual, 2012.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. In: *Scripta* (Linguística e Filologia), v. 2 n. 4, Belo Horizonte: PUC Minas, 2o sem, p. 23-38, 1999. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10274>.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008).
- JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- MORA, Francisco. *Neuroeducación: solo se puede aprender aquello que se ama*. Madrid: Alianza Editorial, 2017.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. Uso(s) de conectores: Uma abordagem funcional-discursiva. *Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 20 – Especial, p. 535-560, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/23289>.
- RODRIGUES, Violeta Virginia. *Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?* São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em: [https://www.blucher.com.br/clausulas-sem-nucleo-em-portugues-desgarramento-ou-insubordinacao\\_9786555500554](https://www.blucher.com.br/clausulas-sem-nucleo-em-portugues-desgarramento-ou-insubordinacao_9786555500554).

**Recebido em:** 26/06/2022.

**Aprovado em:** 22/08/2022.